

Moradia ribeirinha na Amazônia paraense: particularidade da inadequação habitacional na Ilha do Combu (Belém-Pará)

Maria Gabriela de Andrade de Sena¹

Joana Valente Santana²

Resumo

O artigo objetiva demonstrar como se expressa a inadequação habitacional na Comunidade do Igarapé do Piriquitaquara, localizada na Ilha do Combu em Belém-Pará (Amazônia paraense). A pesquisa, de caráter quanti-qualitativo, foi orientada pelo método do materialismo histórico e dialético e utilizou como procedimentos metodológicos as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Os resultados indicaram que as residências apresentaram inadequações de infraestrutura urbana, carências edilícias e fundiárias, as quais levam os moradores a recorrerem a improvisações para enfrentar os desafios habitacionais, demonstrando a necessidade de políticas públicas voltadas às particularidades do modo de morar ribeirinho nas áreas insulares da região amazônica.

Palavras-chave

Inadequação habitacional; Moradia ribeirinha; Ilha do Combu; Amazônia.

Riverfront housing in the Pará Amazon: particularity of housing inadequacy on Combu Island (Belém-Pará)

Abstract

The article aims to demonstrate how housing inadequacy is expressed in the Community of Igarapé do Piriquitaquara, located on the island of Combu in Belém-Pará (Amazonia of Pará). The research, of a quantitative and qualitative nature, was guided by the method of historical and dialectical materialism and used bibliographic, documentary and field research as methodological procedures. The results indicated that the residences presented inadequacies in urban infrastructure, building and land shortages, which lead residents to resort to improvisations to face housing challenges, demonstrating the need for public policies aimed at the particularities of riverside living in island areas of the Amazon region.

Keywords

Housing inadequacy; Riverside housing; Combu Island; Amazon.

Artigo recebido em junho de 2025
Artigo aprovado em agosto de 2025

Introdução

A Ilha do Combu é a quarta maior do município de Belém-Pará e integra a Região Metropolitana da capital do estado do Pará, ao norte do Brasil (Região Amazônica). Possui área de aproximadamente 16 km² e está localizada a 6,3 km do centro urbano de Belém. Circundada por rios, furos e igarapés, abriga cinco comunidades ribeirinhas, entre elas a Comunidade do Igarapé do Piriquitaquara, objeto de análise desta reflexão. O artigo resulta de investigação realizada no âmbito de grupo de pesquisa na área de Serviço Social e objetiva analisar como se expressa a inadequação habitacional na moradia ribeirinha dessa comunidade, com o intuito de subsidiar políticas habitacionais de interesse social adaptadas às demandas dos(as) moradores(as) que vivem em ilhas.

A pesquisa foi orientada pelo método do materialismo histórico e dialético e teve como procedimentos metodológicos as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica priorizou a produção regional sobre o modo de morar ribeirinho na Amazônia, incluindo livros, artigos, dissertações e teses. Também foi realizada uma revisão sistemática em bases como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIUFPA), selecionando 31 estudos. A pesquisa documental buscou identificar métodos nacionais de mensuração da inadequação habitacional e iniciativas do poder público para a moradia na Ilha



do Combu, analisando documentos como o Plano Diretor de Belém, relatórios da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relatórios Anuais de Gestão e Mensagens do Prefeito de Belém e do Governador do Pará.

A pesquisa de campo, aprovada pelo Comitê de Ética da instituição onde foi realizada a pesquisa, ocorreu por meio da aplicação de formulários e entrevistas semiestruturadas com 10 moradores da comunidade. As visitas foram realizadas com apoio de um morador local, respeitando as rotinas e a disponibilidade dos participantes. O deslocamento até as residências na ilha é realizado por lancha percorrendo o Rio Guamá por aproximadamente 20 minutos, partindo do Terminal Hidroviário Ruy Barata (Figura 1 e 2).

Figura 1 – Local de saída das lanchas com destino à Ilha do Combu do Terminal Hidroviário Ruy Barata da Praça Princesa Isabel em Belém-Pará



Fonte: Pesquisa de campo (2024).



Figura 2 – Igarapé do Piriquitaquara, na Ilha do Combu em Belém-Pará



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

O artigo está estruturado em quatro tópicos principais. O primeiro discute o processo de urbanização na Amazônia e a produção do espaço por diferentes agentes sociais no contexto do Modo de Produção Capitalista. O segundo discute os critérios e limites metodológicos para investigar a inadequação de domicílios no Brasil, com ênfase nos componentes e subcomponentes utilizados pela Fundação João Pinheiro e os desafios de adaptação na realidade amazônica. O terceiro aponta as intervenções dos poderes públicos municipais e estaduais para a questão da moradia na Ilha do Combu, e o quarto apresenta os resultados da pesquisa, com destaque para as expressões da inadequação de moradias na particularidade da moradia ribeirinha do Igarapé do Piriquitaquara.

O processo de urbanização na Amazônia

A inadequação habitacional relacionada à moradia ribeirinha é uma das expressões da “questão social”, objeto de intervenção do Serviço Social, que na Amazônia se apresenta de maneira particular devido aos processos históricos, econômicos, sociais e culturais pelos quais a região vivenciou ao longo da história (Corrêa, 2018).

É importante ressaltar que o processo de produção do espaço na Amazônia ocorre a partir da ação de vários sujeitos sociais e da relação entre eles com a natureza (Oliveira, 1999), o que indica a diversidade presente nas formas de conceber o espaço no cotidiano de suas funções, seja como valor de uso, seja como valor de troca. A produção do espaço é consequência da ação de agentes sociais concretos e históricos que possuem interesses e práticas espaciais próprias (Corrêa, 2018) que manifestam contradições e conflitos no seu uso e ocupação à medida que o transformam.

Corrêa (2018) aponta alguns tipos de agentes sociais na produção do espaço, sejam eles os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o próprio Estado e ainda os grupos sociais excluídos, os quais se manifestam na Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, pescadores, quilombolas, indígenas, homens e mulheres trabalhadores(as) do campo e da cidade, entre outros.

Ao analisar o processo de urbanização nas cidades brasileiras, observa-se uma dinâmica marcada por desigualdades sociais inerentes à sociabilidade capitalista. Maricato (2015) caracteriza esse processo como uma “urbanização de baixos salários”, enquanto na Amazônia ele se manifesta de forma “desigual e combinada” (Ribeiro, 2012). Diante disso, afirma-se um espaço que sempre esteve associado à reprodução ampliada do capital combinando desigualmente o “moderno” e o “atrasado” numa unidade contraditória fruto do antagonismo entre classes (Pinto, 2018).

Na Amazônia brasileira, a dualidade entre “moderno” e o “atrasado” remete às concepções hegemônicas sobre os modos de vida desenvolvidos ao longo da história da região, considerados “tempos len-



tos” em contraponto aos “tempos rápidos” da urbanização capitalista. Apesar de suas particularidades regionais, a Amazônia segue as determinações gerais do processo de urbanização brasileiro, nos quais o acesso ao direito à cidade e à moradia pelos diferentes segmentos sociais tem sido orientado a partir do controle sobre a estrutura fundiária (Diniz, 2018). Contudo, as condições desse processo ocorreram de forma diferenciada devido à baixa densidade demográfica, ao isolamento dos núcleos urbanos e à intervenção estatal estratégica no processo de ocupação da região (Sakatauskas e Santana, 2016).

Nesse sentido, “o mosaico urbano na Amazônia se constitui de cidades metropolitanas, cidades médias e pequenas, compondo uma rede expressiva que cresce a taxas maiores de urbanização que outras regiões do Brasil” (Castro e Campos, 2015, p. 31). Monte-Mór (2004) parte do conceito de “urbanização estendida” para explicar o fenômeno no qual as relações socioespaciais que antes eram próprias e limitadas às cidades passaram a manifestar-se no espaço rural. Esse conceito permite explicar a manifestação de características urbanas em locais com conteúdos rurais a partir da criação de necessidades urbanas antes inexistentes.

Conforme Castro e Campos (2015), as cidades na Amazônia assumem diferentes significados para os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano-rural e suas estratégias demonstram redefinições do urbano, em meio a um rural em transformação. Na Amazônia, o urbano manifesta-se no rural e vice-versa, fazendo do espaço um todo articulado e complexo que exprime as tendências capitalistas de forma estendida, ao mesmo tempo em que conserva práticas regionais específicas que determinam o uso desse espaço.

A respeito desses conteúdos, a Ilha do Combu, em Belém-Pará, é considerada uma área insular com características rurais pelos órgãos públicos municipais e estaduais. No entanto, também apresenta elementos do urbano à medida que os valores desse modo de vida são incorporados sobretudo pela criação de novas necessidades pelo ca-

pital. Por isso, a habitação ribeirinha se adapta às condições físicas e ambientais do meio em que está inserida e às dinâmicas urbanas que incorpora, mas sem perder a essência das tradições culturais (Menezes e Perdigão, 2020). Entende-se, portanto, que “considerar a vida ribeirinha não implica em opô-la forçosamente à vida metropolitana, mas de interpretá-la como tendo uma dinâmica histórica, de tradição milenar, e não dicotômica” (Trindade Júnior, 2022, p. 31).

Critérios e limites metodológicos para investigar a inadequação de domicílios no Brasil

A inadequação de domicílios no Brasil está relacionada à qualidade de vida que a moradia é capaz de oferecer aos seus moradores (déficit qualitativo), ou seja, sua função é identificar se a habitação é capaz de satisfazer as necessidades humanas e habitacionais básicas, considerando, além da infraestrutura física da casa, os serviços e políticas públicas oferecidas na área onde a habitação está localizada.

Considerando que o Brasil não dispõe de pesquisas oficiais exclusivas para calcular o déficit e a inadequação habitacional nas suas regiões e municípios, a FJP é a principal responsável pelo cálculo e estimativa desses dados. Suas análises partem de dados coletados pelo IBGE, onde se destacam a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), os Censos Demográficos e, recentemente, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Nesse sentido, a FJP utiliza anualmente os dados coletados em razão da PnadC para os estados brasileiros, e os indicadores correlacionados aos municípios são utilizados a partir da coleta dos censos demográficos (FJP, 2023). Para essa análise, a FJP utiliza três componentes principais: 1) carências de infraestrutura urbana; 2) carências edilícias e 3) inadequação fundiária. Ressalta-se que, para cada um deles, existem outros subcomponentes que juntos irão compor os resultados a respeito do déficit habitacional qualitativo no Brasil descritos a seguir.





Conforme a FJP (2023), para o componente de carência de infraestrutura urbana, são inadequados por abastecimento de água os domicílios cuja fonte de água não remete à rede geral, cuja frequência é inferior a três dias por semana e nos quais há ausência de canalização interna. Consideram-se inadequados em energia elétrica os domicílios que não dispõem da oferta de energia por rede geral ou quando essa oferta não é diária, ou seja, não ocorre integralmente durante o dia, podendo apresentar períodos de queda habitual. São inadequados por esgotamento sanitário aqueles domicílios que possuem fossas rudimentares ou naqueles cujo destino do esgoto é para vala ou rio, lago ou mar. A inadequação por coleta de lixo está presente nos domicílios onde o lixo é queimado ou enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, ou tem outros que destinos que não sejam a coleta por serviço de limpeza (FJP, 2021).

Em relação ao componente de carências edilícias, a FJP (2021) considera inadequados os domicílios que não tenham banheiro algum de uso exclusivo, mesmo que localizado fora da habitação. Quanto ao número de cômodos utilizados como dormitórios, são inadequados aqueles nos quais todos os cômodos, exceto banheiros exclusivos, servem como dormitórios. O armazenamento de água também é avaliado nesse quesito e é inadequado quando não se faz uso de reservatório, caixa d'água ou cisterna para o armazenamento. São inadequados por cobertura os domicílios que apresentam telhado de madeira aproveitada, zinco, lata ou palha. Por sua vez, o piso de terra é considerado como inadequado.

Já o componente de inadequação fundiária se refere a quando pelo menos um dos moradores do domicílio possui a propriedade da casa, mas não total, ou parcialmente, do local ou do terreno, ou, no caso de mais de uma habitação, da fração ideal do terreno em que a habitação está localizada (FJP, 2021).

Contudo, é necessário considerar as análises de Bonduki (2022) a respeito do conceito de “moradia adequada”, o qual não pode ser

considerado absoluto, pois é influenciado pelas dinâmicas sociais e culturais de cada época. Isso significa que mudanças nos costumes, religião, cultura e estruturas familiares da sociedade ao longo do tempo afetam significativamente a definição de habitação adequada. Um exemplo disso são as regiões insulares da cidade de Belém, no estado do Pará, que apresentam complexidades socioespaciais marcadas por particularidades urbanas e diversidades do ponto de vista da natureza (biodiversidade), da sociedade (sociodiversidade) e das diferentes e desiguais expressões de vida e das formas urbanas presentes na região (urbanodiversidade), conforme observado por Trindade Júnior (2022).

A incorporação do modo de morar ribeirinho na construção de políticas habitacionais em Belém do Pará

A casa ribeirinha tradicional demonstra as dimensões da produção da vida material e imaterial, produzida com recursos de baixo custo de acordo com a renda das famílias e conforme as oscilações do ciclo das águas. Entre as habitações típicas ribeirinhas das várzeas dos rios alagáveis, destacam-se a predominância das palafitas, casas construídas sobre estacas de madeira, que sustentam a construção, edificadas a partir do saber popular, sem a interferência de arquitetos e engenheiros que traduz o modo de vida estabelecido entre o morador e sua casa a partir do habitar com a floresta e com as águas (Menezes, 2015).

Geralmente localizada de frente para o rio, é uma construção elevada do chão que dá sentido a funcionalidade de cada espaço que compõe a habitação e seu entorno, como o trapiche e a ponte, o avarandado frontal, os cômodos (sala, quartos, cozinha e banheiro) e o jirau nos fundos, de frente para o quintal e a mata. A casa ribeirinha como uma arquitetura vernacular ou popular (Barda, 2009) representa uma tradição de construção baseada em saberes herdados da história da interação dos povos que habitavam a Amazônia no passado com o meio natural, adaptando-se ao clima, ao rio e à mata como elementos principais.





Normalmente apresentam poucas divisões internas, com um único espaço que qualifica vários ambientes (sala, dormitório, cozinha) e o banheiro localizado na parte externa da casa, ligado a ela por uma passarela de madeira, quase sempre sem vaso sanitário, apenas com um vão que permite que os dejetos caiam diretamente no rio (Lencioni, 2013).

Quando construída para fins de moradia, a palafita amazônica geralmente é avaliada como uma edificação precária do ponto de vista construtivo, relacionada às suas carências edilícias, o que produz concepções distorcidas no âmbito das políticas habitacionais sobre esse modo de morar (Perdigão, 2016).

O Plano Diretor como instrumento básico da política urbana do município de Belém foi instituído por meio da Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008, e prevê a função social da cidade e da propriedade urbana, a sustentabilidade e a gestão democrática como princípios dessa política, além de apresentar como um dos seus objetivos o direito à moradia digna, por meio de programas e instrumentos adequados às populações de baixa renda, e ainda o acesso aos equipamentos e serviços urbanos e às políticas públicas a todos os cidadãos (Belém, 2008).

Observa-se que, desde sua publicação em 2008, o Plano Diretor reconhece as particularidades das áreas insulares do município de Belém, o que possibilita que a implementação de políticas urbanas, habitacionais e ambientais estejam fundamentadas em um marco legal que direciona as ações. Contudo, observa-se que o documento pouco trata da questão da moradia em áreas insulares, a qual aparece indiretamente por meio das diretrizes de uso e ocupação dos solos nessas regiões.

Nesse sentido, foi realizada pesquisa documental nos Relatórios Anuais de Gestão (RAGs) do município de Belém de 2013 a 2020 e nas Mensagens do Prefeito à Câmara Municipal de Belém de 2021 a 2023, com o intuito de identificar quais propostas de intervenção do poder público municipal já foram elaboradas para a questão da habitação na Ilha do Combu. Como resultado, observou-se que os documentos não apontam, direta ou indiretamente, ações realizadas ou previstas no

âmbito municipal para a construção ou melhoria das unidades habitacionais existentes na Ilha do Combu, mas mencionam intervenções em outros setores, como saúde, educação, meio ambiente, economia, turismo, mobilidade, transporte, esporte, cultura e lazer.

Também não foram identificadas ações ou articulações com outros órgãos no âmbito da política de habitação para a população ribeirinha da Ilha do Combu por meio dos documentos, demonstrando que o reconhecimento das particularidades dessa região no Plano Diretor não provocou a implementação de medidas para melhoria das condições de moradia na ilha.

Com o intuito de continuar as investigações acerca do combate a inadequação habitacional na Ilha do Combu no âmbito do governo estadual, também foram analisadas as Mensagens do Governador do Pará à Assembleia Legislativa dos anos de 2015 a 2025. Sobre a temática, foi localizado apenas um projeto em 2025, a respeito da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na ilha, por meio de um projeto avaliado em R\$ 43 milhões e com previsão de conclusão para o ano de 2025. Segundo o documento, o projeto visa à construção de estações de tratamento de água e esgoto, redes adutoras de água bruta e captação, além de redes de esgoto e água com ligações domiciliares, cujo público-alvo são escolas, restaurantes e grupos familiares dispersos, contando ainda com um reservatório elevado (PARÁ, 2025).

Também foram investigados os RAGs de 2015 a 2024 da Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab-PA). Destaca-se o RAG 2024, que prevê ações para intervir na inadequação da moradia na Ilha do Combu. O documento aponta a inadequação edilícia como um problema presente nos domicílios paraenses, que nas ilhas se expressa pela necessidade de projetos de saneamento adequado (esgotamento sanitário e abastecimento de água). Para atender a essa demanda, a equipe técnica da Cohab-PA iniciou pesquisas a partir de visitas técnicas em parceria com a Universidade Federal Rural da





Amazônia (UFRA) e o Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA) na ilha do Combu, sobre o projeto de captação e tratamento de água das chuvas com transformação em água potável para distribuição e consumo, bem como o tratamento de esgoto, o qual é realizado com a tecnologia da instalação de Tanque de Evapotranspiração (Tevap) em algumas residências da ilha.

Em 2024, a Cohab-PA também identificou uma iniciativa dos movimentos de luta por moradia e uma associação de agroextrativistas residentes na Ilha do Combu, que resultou em um projeto que prevê a construção de 50 unidades habitacionais utilizando tecnologias sustentáveis, aprovado pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) do Ministério das Cidades e pela CAIXA. Diante disso, a Cohab-PA ficou responsável por avaliar a viabilidade do projeto junto com a Central de Movimentos Populares, processo no qual foi elaborada uma proposta de um módulo habitacional sustentável a partir de tecnologias construtivas de baixo impacto ambiental, integrado nas 50 unidades do PNHR (PARÁ, 2024). Nesse âmbito, foi elaborada uma proposta baseada na utilização de tijolos ecológicos, cuja composição inclui resíduos de caroços de açaí, eliminando a necessidade de queima no processo de fabricação, resultando no “Projeto SUA CASA COP30”.

Em fase de planejamento, é fundamental que os projetos sejam debatidos com a população beneficiada a fim de avaliar o impacto da construção de unidades utilizando o novo modelo de tijolo, considerando ainda a adaptabilidade do material ao solo de várzea. Além disso, é essencial que o projeto habitacional esteja alinhado com as necessidades de uso do espaço nas atividades cotidianas dos moradores, considerando o clima e a resistência do material aos períodos de enchentes e vazantes. Isso aponta que um projeto adaptado às necessidades habitacionais locais pode ser exitoso se for fruto de um amplo debate com a população, a fim de evitar a reprodução de realidades habitacionais diversas ao contexto das comunidades ribeirinhas.

Inadequação habitacional e moradia ribeirinha no Combu: particularidades da Comunidade do Igarapé do Piriquitaquara

A aplicação do formulário de pesquisa na Ilha do Combu visou identificar a presença dos componentes e subcomponentes de inadequação habitacional da FJP na Comunidade do Igarapé do Piriquitaquara, levantando informações sobre morador, trabalho e renda, situação da moradia, situação dos serviços públicos e participação política das famílias. Por outro lado, o roteiro de entrevista semiestruturada permitiu avaliar a percepção dos participantes sobre suas condições de moradia, bem como suas necessidades habitacionais a partir das suas vivências em contexto ribeirinho.

Foram entrevistados 10 moradores, dos quais, 80% eram mulheres cis, 10% eram homens cis e 10% preferiram não declarar sua identidade de gênero. Na coleta da pertença étnico-racial dos sujeitos foi permitido marcar mais de uma alternativa, situação na qual foi identificado que 90% se autodeclararam como pessoas negras, 10% como indígenas, 20% como quilombolas e 70% como ribeirinhas. No estado civil, 40% eram solteiros e 60% eram casados ou viviam em união estável. Do total de moradores, 60% não completou a educação básica, 10% conseguiram completar o fundamental e médio, e apenas 30% tiveram acesso à educação superior. Sendo assim, a pesquisa atingiu principalmente mulheres cisgênero, de pertença étnico-racial negra e ribeirinha que não conseguiram completar o ciclo da educação básica formal.

Em relação à renda das famílias, verificaram-se diversas fontes vinculadas ao turismo de base comunitária, extrativismo vegetal, artesanato, pesca e oferta de serviços diversos, os quais indicaram que o valor recebido durante o mês não é fixo e sofre variação conforme a demanda pelos produtos e serviços. Os moradores que não dispunham de serviços ou comércios na sua residência informaram ter, como estratégia de sobrevivência e complementação de renda, ocupações como Moto Uber na cidade de Belém, serviços de carpintaria, vendas de produtos extrativistas e serviço doméstico remunerado. A





pesquisa indicou que 80% dos moradores recebiam até 2 salários mínimos, 10% de 2 a 3 salários mínimos e 10% de 3 a 5 salários mínimos, sendo esta última a maior renda identificada. Nesse quesito, 40% eram beneficiários do Programa Bolsa Família.

Em relação à situação da moradia, 100% dos moradores residiam em imóvel próprio e possuíam um Termo de Concessão de Uso do terreno, visto que a região insular pertence à União, responsável por gerir a Ilha do Combu por meio do Serviço do Patrimônio da União (SPU), o qual estabelece as prerrogativas para ocupação do solo e regularização fundiária, não cabendo, portanto, ao estado do Pará e à Prefeitura Municipal de Belém desenvolver políticas de ocupação de solo e regularização fundiária na localidade. Além disso, a Ilha do Combu é uma Unidade de Conservação do tipo Área de Proteção Ambiental de terras públicas (APA), pertencente ao Grupo das Unidades de Uso Sustentável, e tem como gestor o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR- Bio).

Na comunidade, observou-se a tendência de moradias unifamiliares, enquanto o terreno é compartilhado com outros núcleos familiares, geralmente de mesma origem. Ressalta-se que a Ilha do Combu possui baixa densidade demográfica, visto que os terrenos são entrecortados pela mata e o rio, o que possibilita que uma família possa estender seu núcleo de filhos e netos, por exemplo, construindo outras casas no mesmo terreno.

Observou-se na pesquisa que, quando a construção não é possível no mesmo terreno, as famílias tendem a ocupar espaços próximos da residência da família de origem, podendo distribuir-se ao longo de todo um furo ou igarapé. 70% dos moradores viviam em residências com 5 ou mais cômodos, enquanto 30% possuíam casas com 3 a 4 cômodos. 90% das residências tinham banheiro de uso exclusivo, a maioria localizados na parte interna da residência.

Em relação ao material utilizado nas paredes, predominou a madeira em 80% das residências, enquanto o gesso apareceu em 10% e a

alvenaria também. Todos os imóveis utilizavam telhas de Brasilit ou de barro na cobertura e, no piso, 40% utilizavam a madeira aparelhada, e o mesmo percentual utilizava o assoalho. Além disso, o cimento foi utilizado no piso de 10% das moradias e a madeira sem acabamento apresentou o mesmo percentual.

Quando investigados sobre os serviços públicos presentes na Ilha do Combu, os moradores indicaram que não existe abastecimento de água por rede geral e que utilizam como fonte de abastecimento a água do rio, água de poço próprio ou adquirida de poço de vizinhos e água mineral, as quais assumem diferentes funcionalidades no cotidiano. O armazenamento da água também varia conforme a origem, situação na qual se verifica que 60% dos moradores indicaram utilizar caixas d'água e 40% indicaram outras formas de armazenamento, com garrações de água, baldes e corotes. A água do rio, por exemplo, era armazenada em caixas d'água ou baldes, a água do poço era armazenada em baldes ou corotes e a água mineral, em garrações de 20 litros. Considerando tal realidade, os moradores informaram não pagar tarifa por serviços de abastecimento de água por rede geral, mas arcam com custos variáveis para consumo de água mineral e de poço (Figura 3 e 4).



Figura 3 – Corotes e garrafões d'água utilizados para armazenamento de água



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Figura 4 – Caixa d'água utilizada para armazenar água do rio em imóvel do Igarapé do Piriquitaquara



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Sobre o abastecimento de energia elétrica por rede geral, foi identificado que 80% dos moradores utilizavam o serviço do Grupo Equatorial Energia, atual fornecedor do serviço no Estado do Pará, e apenas 20% utilizavam energia por ligação direta. Quanto à frequência da recepção de energia elétrica nas residências, 8 moradores informaram a disponibilidade diária, mas apenas por algumas horas, relatando a instabilidade do serviço na região, principalmente com a ocorrência de ventos e chuvas fortes. Além disso, os participantes da pesquisa relataram demoras significativas no restabelecimento do serviço após interrupções, chegando a durar vários dias.

A análise incluiu a avaliação do serviço de coleta de lixo na Ilha do Combu considerando sua existência e frequência. Todos os moradores informaram que o serviço existe e é realizado de 2 a 3 vezes por semana, por empresas contratadas pela Prefeitura Municipal de Belém e que, quando esta não realiza o pagamento da empresa a coleta é interrompida até que a prefeitura o regularize, prejudicando os moradores com o acúmulo do lixo nas residências e no terreno. Também foi questionado a respeito do destino do lixo quando não ocorre a coleta regular, cujos resultados revelaram que os moradores adotam práticas variadas: queima (40%), armazenamento (20%), destinação própria em Belém (10%) e 30% não souberam responder.

Quanto à presença de equipamentos públicos na Ilha do Combu, os moradores informaram a existência de uma Unidade Básica de Saúde (UBS/Combu), da Escola Municipal de Educação do Campo (EMEC) Sebastião dos Santos Quaresma (com o Anexo Escolar Santo Antônio) e da EMEC Milton Montes (com os anexos Nazaré e Nossa Senhora dos Navegantes). O serviço de transporte na ilha do Combu é operado pela Cooperativa de Transportes Escolar e Alternativo das Ilhas de Belém e Adjacentes (Coopertrans), com viagens no valor de R\$10,00. A pesquisa apontou que os custos elevados das passagens representam um fator negativo para a renda dos moradores que trabalham fora da ilha, consumindo grande parte do seu salário.





Ressalta-se que 70% dos moradores avaliaram a rede coletora de esgoto como ruim ou péssima, enquanto apenas 10% consideraram boa, 10% regular e 10% não souberam responder. Não foi possível identificar as formas de escoamento utilizadas pelos participantes, bem como o seu destino. A insegurança foi apontada por 70% das pessoas como um problema presente na comunidade, e a falta de privacidade, por 20%, relacionando-se a isso o turismo intenso, o qual foi apontado por 80% dos moradores. Importante registrar que o avanço do turismo, sobretudo pelo crescimento do circuito gastronômico na Ilha, tem afetado a vida de seus moradores, turismo este que vem se ampliando por conta da preparação da infraestrutura física da cidade de Belém-PA, que irá sediar a COP 30, em novembro de 2025.

Os resultados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas demonstraram que as relações estabelecidas entre os moradores e o rio indicam sua função quanto ao lazer, à subsistência das famílias, ao transporte e à identidade, na qual é inviável pensar a cultura ribeirinha dissociada desse elemento principal. A conexão entre os moradores e o ambiente natural e o sentimento de pertencimento à comunidade demonstraram ser fatores fundamentais para a percepção da qualidade de vida e de sua identidade ribeirinha, a qual apareceu fortemente vinculada ao trabalho desenvolvido na ilha e à vivência de práticas ribeirinhas como andar de canoa/casco, o banho de rio, a contemplação da natureza e do ar puro, o vínculo com a ilha desde a infância, as memórias e a cultura repassadas por gerações. Quando questionado sobre o significado da sua identidade ribeirinha, o morador H relatou:

Hoje em dia significa sobreviver aqui. Um dia já vivemos aqui como ribeirinhos raiz, nativos mesmo de pegar peixe, de pegar camarão, de vivenciar a vida de ribeirinho mesmo aqui, de ter que utilizar poucas coisas industrializadas, poucas coisas de Belém. Hoje em dia a gente sobrevive, porque a gente não tem mais tudo isso. Com muita luta a

gente está sobrevivendo como ribeirinhos com muita falta de respeito, na verdade. Porque a gente, como ribeirinho, não tem a liberdade de pegar o nosso casco, de andar de canoa. De pegar nosso peixe, camarão entendeu? A gente não tem liberdade de estar na casa do vizinho porque a gente não tem mais por onde ir, entendeu? Porque com o fluxo de lancha, com essa grande quantidade, assim, de turismo que tá tendo, que a nossa ilha virou né, a gente não tem mais essa liberdade de ribeirinho mesmo, entendeu? Mas graças a Deus, assim, o que a gente pode fazer como ribeirinho a gente faz (Morador H).

Por meio do relato é possível observar mudanças nas dinâmicas socioespaciais da ilha, afetadas pelo avanço do turismo na Ilha, o qual tem impactado na liberdade, segurança e privacidade dos moradores. Verificou-se que o trânsito intenso de lanchas e barcos nos igarapés e furos, com sons em alto volume e turistas fotografando as casas ribeirinhas sem autorização, tem impactado negativamente os moradores e causado desconforto nas comunidades. Nesse sentido, a percepção de lazer por alguns participantes apontou que a ilha dispõe de muitas opções para turistas, mas que as práticas consideradas prazerosas para os moradores têm sido limitadas devido aos fatores citados.

Outro fator identificado por meio das entrevistas foi o baixo investimento público em políticas de infraestrutura e habitação que atendam às necessidades específicas da realidade ribeirinha na ilha, como adaptações para o abastecimento de água e escoamento sanitário, o que contribui para a permanência das desigualdades sociais e da constante necessidade de alternativas de melhorias habitacionais improvisadas pelos moradores. A fala do morador D reforça tal necessidade:

Olha eu gostaria muito que a gente tá necessitado muito da água potável, o saneamento básico que é uma preocupação constante da gente devido a Ilha tá cheia de empre-



endimentos, muita gente nova que chegou e a gente não tem saneamento nenhum básico né? Tudo que dejeta é pro rio, e as nossas crianças e a gente mesmo tá adoecendo. A gente tá sentindo que está se passando o tempo e a gente está cada vez mais é uma doença diferente. E eu gostaria muito né, principalmente a água, que a gente não tem água potável e é uma questão que não é de hoje que a gente corre atrás (Morador D).

Além disso, foram identificadas as principais necessidades habitacionais indicadas pelos moradores, a saber: o apoio financeiro para realização de reformas; abastecimento de água por rede geral; soluções adaptadas para o escoamento sanitário; melhorias dos serviços de saúde com oferta de atendimento odontológico, psicológico e psiquiátrico; redução dos custos das passagens para os trabalhadores; segurança pública; controle do fluxo e velocidade de embarcações; limpeza dos igarapés; energia elétrica estável; melhoria do acesso à rede de dados móveis e internet e o aumento da fiscalização sobre a venda de terrenos e desmatamento na região.

Em síntese, a comunidade do Igarapé do Piriquitaquara apresentou inadequações nos três componentes elencados pela FJP. As carências de infraestrutura urbana ocorrem devido à ausência de abastecimento de água por rede geral, instabilidade de energia elétrica e esgotamento sanitário baseados em fossas rudimentares que sujeitam à contaminação dos rios durante a maré alta, devido ao terreno de várzea e à proximidade com o rio.

Por outro lado, as carências edilícias surgem do armazenamento de água em locais diversos às cisternas e caixas d'água na maioria dos domicílios e do piso inadequado pelo material da madeira utilizada, apresentando frestas que permitem a entrada de animais e demandando alta manutenção no período de enchente do rio. Por outro lado, os banheiros, a cobertura e os cômodos foram considerados adequados por atenderem os parâmetros de habitabilidade para a moradia.



Por fim, a inadequação fundiária no Igarapé do Piriquitaquara é marcada pela insegurança jurídica da posse do domicílio e do terreno. Contudo, considera-se que o Termo de Concessão de Uso foi benéfico para os moradores, uma vez que permitiu o manejo seguro do terreno no contexto da APA do Combu.

Apesar dos problemas identificados pela pesquisa, os participantes afirmaram se sentir satisfeitos morando na Ilha do Combu e não planejam deslocamentos para fora da ilha. Entre os principais fatores que motivam essa satisfação estão o pertencimento à ilha desde a infância, a sensação de segurança, tranquilidade, liberdade, a distância da poluição, o ar agradável e a interação com o rio e a floresta.

Sim, eu me sinto, me sinto muito satisfeita. A gente vem e quando chega no meio do rio você já percebe a mudança. Do ar, né? De como vem a calmaria e é o lugar onde eu me criei né gente, é onde eu nasci, é o meu lugar e me sinto satisfeita sim de morar aqui, muito, não tenho um pinga de vontade de sair daqui. Já morei na cidade e quase todas as vezes que eu tive que morar pra lá foi por questões de que no período que eu estudava não tinha transporte assim com essa facilidade, o poder público também não colocava e hoje já tem mesmo que precário com relação a pagamentos, eles param, mas tem. E eu não tive essa oportunidade e eu tive que morar na cidade pra concluir meus estudos (Morador B).

O relato do morador B reforça a necessidade de relativizar o conceito de moradia adequada para o contexto da Ilha do Combu, que, apesar de apresentar inúmeras queixas dos moradores sobre a presença e a qualidade de políticas públicas adaptadas à localidade, ainda é de grande satisfação como lugar de moradia. Isso corrobora com a coleta de dados na qual 90% dos entrevistados consideravam que sua casa atendia às suas necessidades básicas e 50% consideravam sua infraestrutura adequada (Figuras 5 e 6).



Figura 5 – Ponte e trapiche em casa ribeirinha na Ilha do Combu



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Figura 6 – Casa ribeirinha no Furo do Benedito na Ilha do Combu



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

No entanto, embora a maioria dos moradores demonstre satisfação com suas casas, é fundamental que o direito à moradia adequada seja efetivado nas comunidades de modo a envolver um conjunto de políticas habitacionais que respondam as necessidades dos moradores, considerando a particularidade desse modo de morar. É necessário ainda que os investimentos em saúde, educação, transporte e assistência social sejam requalificados, visando o atendimento das necessidades básicas da população ribeirinha sem exigir o deslocamento da população até a cidade para solucionar suas demandas.

Considerações finais

As reflexões apresentadas demonstram que a questão da inadequação habitacional é uma dimensão universal da produção da moradia na sociedade capitalista. No caso da Amazônia, que, além de ser constituída por grandes, médias e pequenas cidades, é constituída por vilas, aldeias e ilhas. Por essa configuração peculiar, a região apresenta uma produção habitacional desigual, própria da ordem burguesa e, ao mesmo tempo, apresenta determinações particulares em espaços onde a moradia tem características ribeirinhas. A Comunidade do Igarapé do Piriquitaquara habita, predominantemente, em casas de madeira, autoconstruídas, sob palafitas, adaptadas ao ciclo das marés e permeadas de significados culturais que determinam os usos dos diferentes espaços que compõem a moradia e seu entorno. A predominância da madeira ocorre pela adaptação ao solo de várzea e ao ciclo das marés, contexto no qual é necessário realizar constantes reformas nas residências. Observa-se uma forte relação com o entorno da residência e a presença de avarandados, jirais, pontes e trapiches que possuem funções na dinâmica de vida ribeirinha como o descanso, lazer, socialização, preparo de alimentos em geral, entre outras.

Apesar de a pesquisa ter atingido apenas 10 domicílios na Comunidade do Igarapé do Piriquitaquara, entende-se que as inadequações identificadas não atingem somente essa amostra, pois estão vincu-





ladas à ausência de políticas públicas adaptadas as particularidades sociais, geográficas, ambientais e culturais das comunidades ribeirinhas, as quais demandam investimentos em propostas diferenciadas de infraestrutura para a ilha.

Ressalta-se que é fundamental que o poder público seja o principal responsável pela implementação de melhorias nos serviços de infraestrutura urbana e habitacional na Ilha do Combu por meio da articulação entre políticas ambientais, urbanas e habitacionais, as quais precisam estar articuladas com as instâncias de participação social para o alcance do direito à moradia adequada de populações ribeirinhas, visando à autonomia das comunidades em propor soluções habitacionais que dialoguem com seus interesses.

Os resultados deste estudo demonstraram que as condições geográficas, culturais e ambientais precisam ser incluídas na elaboração de um conjunto de políticas e ações voltadas à população do Combu pelo poder público, as quais não podem ser pensadas somente pela dimensão da oferta de serviços básicos, mas pela garantia de acesso diferenciado e de qualidade ao conjunto de direitos sociais que envolvem a moradia adequada, transporte público, segurança, condições de trabalho, lazer, infraestrutura, participação social, saúde e educação.

Referências

BARDA, Marisa. **Espaço (meta) vernacular na cidade contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BELÉM (Município). **Lei nº 8.655 de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, 2008.

BONDUKI, Nabil Georges. Metodologias de avaliação do déficit habitacional: avaliação crítica e perspectivas. In: SANTOS, Eleonora Cruz (Org.). **Ensaio e Discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022, p. 53-78.

CASTRO, Edna Ramos; CAMPOS, Índio. Formação socioeconômica da Amazônia. In: CASTRO, Edna Ramos; CAMPOS, Índio (Org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015, p.15-36.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1 ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 41-52.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. Políticas urbanas habitacionais e o projeto ético-político: em defesa da cidade e da moradia digna. In: SANTANA, Joana Valente (Org.). **Habitação e Serviço Social**: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018, p. 269- 284.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: Diretoria de Estatística e Informações, 2021. (Relatório).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Os desafios do cálculo do déficit habitacional frente ao Censo demográfico de 2022**. Belo Horizonte: Diretoria de Estatística e Informações, 2023. (Nota técnica).

LENCIONI, Sandra. **Habitação ribeirinha na Amazônia**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MENEZES, Tainá Marçal dos Santos. **Referências ao projeto de arquitetura pelo tipo palafita amazônico na vila da barca (Belém-PA)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MENEZES, Tainá Marçal dos Santos; PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana. A dimensão ribeirinha como referência de projeto de arquitetura para a Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ), 6., 2020, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2020.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. **Modernidades na selva**: urbanização ampliada na Amazônia brasileira. Doutorado inédito (Pós-Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), 2004.

OLIVEIRA, José Aldemir. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: Amélia Luísa Damiani, Ana Fani Alessandrini Carlos, Odette Carvalho de Lima Seabra (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, v. 2, p. 199-213.





PARÁ (Estado). **Relatório anual de gestão 2024**. Belém: Companhia de Habitação do Estado do Pará, 2024. (Relatório).

PARÁ (Estado). **Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa**. Belém, 2025 (Relatório).

PERDIGÃO, A. K. A. V. Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá. **VIRUS**, São Carlos, n. 13, 2016. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=4&item=2&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PINTO, Marina Barbosa. Captura do direito de morar pelo capital e as exigências ao Serviço Social. In: SANTANA, Joana Valente (Org.). **Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas**. Campinas: Papel Social, 2018, p. 89 106.

RIBEIRO, Rovaine. A Política Habitacional Recente e Sua Expressão em Municípios da Amazônia Oriental: os Exemplos de São Sebastião da Boa Vista e São João do Araguaia- PA. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Ana Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de Moura (Org.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012. p. 215-230.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim; SANTANA, Joana Valente. Peculiaridades sobre a dimensão urbana de pequenas cidades no contexto amazônico. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n.2, p.151-170, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23733>. Acesso em: 25 de mar. 2025.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: reflexões a partir das cidades amazônicas. In: FILHO, Miguel Pacífico; SILVA, Luis Octavio de Faria; LIMA, Jandir Ferrera de; GOMES, Jairon Barbosa (Org.). **Urbanodiversidade: possibilidades e contradições**. 1. ed. Palmas, TO: Editora Universitária EdUFT, 2022, p. 25-58.

Notas

- 1 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em Serviço Social pela UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Assistente Social na Secretaria de Estado de Educação do Paraná, lotada no Núcleo Regional de Educação de Cascavel/PR. E-mail: mariagabriela.andradesena@hotmail.com. Orcid nº <http://orcid.org/0009-0005-7475-1987>.

- 2 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Titular da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Email: joanavalente@ufpa.br. Orcid nº <http://orcid.org/0000-0003-4033-1317>.

